Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384
Boletim do Tempo Presente, nº 01, de 06 de 2012, p. 1 - 10, | http://www.seer.ufs.br/index.php/tempopresente

A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O GOVERNO DE CRISTINA KIRCHNER

Por *Iuri Cavlak*



Introdução

A integração dos países sul-americanos pós-independência política passou por diversas fases, sendo as mais importantes a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio), nos anos 1960, a ALADI (Associação Latino Americana de Integração), nos início dos anos 1980, e o Mercosul (Mercado Comum do Sul), a partir de 1986.

O governo de Cristina Kirchner, por sua vez, iniciou-se em dezembro de 2007, estendido em 2011 através da reeleição, sempre em primeiro turno. Embora o processo contemporâneo de união aduaneira na região tenha maior duração, Cristina jamais esteve alheia a essa história, pois foi primeira-dama de Nestor Kirchner entre maio de 2003 e dezembro de 2007, além de senadora por Buenos Aires entre 2005 e 2007. Nos anos 1990, foi deputada pela província de Santa Cruz e também senadora. Ou seja, uma política tradicional em seu campo vivenciando no legislativo e no executivo (antes no judiciário, pois era advogada nos anos 1980) os avanços e retrocessos da aproximação no continente.

Avaliar a relação da atual presidência de Cristina Kirchner com o Mercosul, de um ponto de vista histórico, é o objetivo deste artigo, bem como comparar algumas situações com o Brasil, no escopo de melhorar o entendimento das questões em tela.

O Mercosul

A aspiração de integrar as ex-colônias ibéricas que formam a América do Sul remonta ao século XIX, mormente a Conferencia do Panamá em 1826, marcada pelo ideário de Simon Bolívar. No início do século XX, ganhou força com a pragmática diplomacia brasileira do Barão de Rio Branco que, tentando amortecer os efeitos deletérios da corrida armamentista entre Brasil e Argentina – no contexto pré-primeira guerra mundial -, e mediar o conflito entre México e Estados Unidos - no contexto da revolução mexicana -, articulou a formação do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile). Desprovido de um caráter econômico, a empresa não prosperou, engolida pelas diplomacias da agro-exportação que campearam no continente até 1930.

Entre 1930 e 1960, Argentina e Brasil, líderes incontestes de qualquer intento integracionista no entorno regional, atingiram um patamar simétrico na economia e na política, mitigando as desconfianças militares e abrindo possibilidades para uma aproximação efetiva. O Brasil destacou uma industrialização pesada e exportação de alimentos de clima tropical, enquanto a Argentina uma indústria leve e exportação de alimentos de clima temperado. No Brasil, o nacional-populismo de Getúlio Vargas e depois o desenvolvimetismo de Juscelino Kubitschek, na Argentina o nacional-populismo de Juan Domingo Perón e depois o desenvolvimentismo de Arturo Frondizi.

Assim, no início dos anos 1960 se fundou a ALALC e, com os Encontros de Uruguaiana entre Jânio Quadros e Frondizi, uma nova forma de parceria se desenhou no horizonte, ancorada na complementação planejada no econômico e entendimento fino no político. O contragolpe liberal à esse ensaio foi rápido e efetivo, com os golpes militares na Argentina em 1962 e no Brasil em 1964 bloqueando qualquer tipo de caminho heterodoxo à *pax americana.* [1]

Em 1980, com o final das ditaduras, voltou a ganhar importância a prática de estreitamento de mercados. Todavia, eram outros tempos: na economia, com a revolução micro-tecnológica e a automatização das plantas produtivas e sua respectiva expressão na política, o neoliberalismo. Os encontros de 1985 e 1986 entre José Sarney e Raul Alfonsín, na historiografia especializada o início do Mercosul, sugeriram ainda a formação de uma zona de livre comércio e bloco político, com o caráter defensivo ao avanço das assimetrias de poder frente aos países centrais do sistema e a crise da dívida externa, o que claramente desapareceu do horizonte com as eleições de Fernando Collor de Melo no Brasil e Carlos Saul Menen na

Argentina, alguns anos depois. O Tratado de Assunção, assinado em 1991, franqueou a entrada de Paraguai e Uruguai, inaugurando oficialmente o Mercado Comum do Sul. Em janeiro de 1995, a zona de livre comércio transformou-se em união aduaneira. [2] Um ano depois, Chile e Bolívia adquiriram o status de nações associadas, concedido ao Peru em 2003 e a Colômbia e o Equador em 2004. Desde 2008 a Venezuela pleiteia a adesão como membro pleno.

O contexto dos Kirchners

Para entendermos essa etapa da história de nosso principal vizinho é mister remontarmos minimamente aos anos 1980. Em 1983, com a derrota na Guerra das Malvinas e uma tremenda crise social, os militares abriram mão do poder em favor do retorno dos civis. Pela primeira vez na história política argentina a União Cívica Radical (UCR) bateu o Partido Peronista (PJ) numa corrida em que esse último estava legalizado, e elegeu Raul Alfonsin para presidente. Naquele momento uma eleição em que a euforia pela possibilidade da construção de uma nova sociedade só ficou atrás da decepção causada por esse governo: Alfonsín foi acossado pelos militares, cedeu nas leis de obediência devida e do ponto final, e não soube combater a hiperinflação tampouco equacionar o problema da dívida externa. Perdeu o apoio da direita e da esquerda, antecipando o pleito de seu sucessor, o peronista Carlos Menem, alçado ao poder em 8 de julho de 1989. Pela via eleitoral os peronistas voltaram ao poder.

Os dois governos de Carlos Menem mudaram a feição do país. Em dez anos, a Argentina se caracterizou como o país que mais aprofundou o chamado Consenso de Washington, com medidas no sentido de: 1) disciplina fiscal; 2) mudanças de prioridade no gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxas de juros positivas; 5) taxas de cambio em conformidade com as leis do mercado e paridade cambial; 6) liberalização do comercio; 7) fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação das atividades econômicas; 10) garantia dos direitos de propriedade. [3]

Na prática, esse conjunto de procedimentos gerou: 1) diminuição de gastos com educação e saúde e arrocho salarial; 2) quase paralisação nas contratações de funcionários públicos; 3) desoneração dos ganhos de capital e aumento da carga tributária sobre o salário e o consumo; 4) transferência de recursos do fundo público para o pagamento mensal dos

credores da dívida externa; 5) sobrevalorização da moeda, encarecendo as exportações; 6) aumento das importações de produtos industrializados, prejudicando as indústrias nacionais; 7) nova abertura de possibilidades para os investidores externos participarem de setores estratégicos do Estado; 8) transferência de gigantescos patrimônios empresariais pertencentes ao Estado para o empresariado; 9) redução da fiscalização governamental em relação as grandes transações financeiras; 10) repressão sobre os movimentos sociais.

A Argentina se tornou Estado associado a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), enviou dois navios para ajudar a primeira invasão norte-americana ao Iraque e cunhou o conceito informal de relações carnais com a potência hegemônica. O país se apegou a diplomacia do "realismo periférico", sendo o mínimo de atrito e o máximo de colaboração com Washington.

Ora, nesse contexto, claramente o Mercosul se tornou secundário para os argentinos. O bloco evoluiu, ainda que muito lentamente, em trocas comerciais e construção de órgãos inter-regionais, todavia subordinados aos imperativos do novo salto de internacionalização econômica e reposicionamento do aparelho de Estado. Em lugar de defesa econômica da região e de suas nações, o bloco serviu para fomentar a presença das multinacionais e a acumulação do capital rentista. Como no Brasil, no mesmo período, ocorreu um processo semelhante, numa crescente entre os governos de Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sobretudo esse último, o Mercosul não logrou avivar a coordenação dos bancos centrais e das diplomacias, tampouco o encaminhamento da construção de grandes empresas binacionais e da moeda única.

No final de 2001 e início de 2002, outra crise social explodiu na Argentina, derrubando cinco presidentes no intervalo de duas semanas. O radical Fernando de La Rua, eleito em 1999 sucedendo Menem, assim como seu companheiro de partido Alfonsin, não teve forças para terminar seu mandato. Entrou em cena a figura de Nestor Kirchner, que havia sido por quase toda a década de 1990 governador da província de Santa Cruz, líder de uma ala do peronismo dissidente em relação a base do partido em Buenos Aires. Assumiu o poder em maio de 2003 e realizou um governo de recuperação estrutural, com a confiança da direita, que não queria que a crise se aprofundasse e uma revolução social viesse ameaçar a democracia representativa.

Este fato é capital na compreensão do sentido dos Kirchners na história contemporânea argentina. Néstor Kirchner não foi um governo preparado pelos interesses do

mercado, tal como Lula no Brasil em 2002. Foi uma saída de emergência, permitindo maior margem de manobra nas negociações com o FMI e no trato com os setores tradicionais da economia. Neste sentido, passou a imagem de um governo nacional - popular, quando na verdade muito mais ajustou o dial do processo de acumulação de capital, com o tirocínio político de construir um forte arco de aliança com a esquerda militante, os piqueteiros, desempregados, sindicatos e as mães da praça de maio. Reforçou alguns setores estatais devastados e incrementou fortes programas de compensação social, como bolsa família e assemelhados. Passou a liderar uma campanha de punição aos militares, calando fundo no coração de uma importante faixa social que teve filhos e netos assassinados pela ditadura de 1976-1982. Punição relativa, na medida em que militares idosos no máximo pegaram prisão domiciliar, e as indenizações nem de longe chegaram perto da proporção qualitativa e quantitativa em que o Estado sangrou as famílias vitimas da guerra suja.

Enfim, teve que ser um governo hiper-centralizador para restaurar a ordem burguesa ameaçada. Não concorreu a reeleição porque tinha na sua esposa uma fiel continuadora, daí ter optado por ser presidente do Partido Peronista, aquela altura deveras fracionado, concretizando o domínio sobre sua base política imediata para voltar a presidência da republica após os governos de Cristina. Claramente, o Mercosul nesse contexto de saída da crise em 2003 e reestruturação econômica até 2007 novamente foi secundário no conjunto dos problemas platinos.

Cristina Kirchner e a Integração Regional

Com efeito, tendo em vista o que foi discutido até aqui, podemos afirmar que a construção da integração regional se deu enquanto uma política menor frente ao conjunto das outras demandas sociais. Fato que não mudou, a nosso juízo, no atual governo de Cristina Kirchner. Com a crise do modelo neoliberal, no início dos anos 2000, podia-se esperar um derradeiro fortalecimento da empresa. O oposto, não obstante, é o que podemos observar.

Ocorre que Argentina e Brasil, atualmente, estão tendendo ao aumento das divergências e suspicácias. A Argentina vem se afastando dos Estados Unidos, até porque possui uma pauta comercial que em muitos pontos compete com a grande potencia do norte, gerando constantes atritos. O Brasil vem expandindo a exportação de *commodities* para outros mercados, possuindo um parque industrial mais diversificado que o vizinho. (só nesse ano de

2012 - entre janeiro e abril -, já foram três encontros entre Barak Obama e Dilma Rousseff). Na medida em que o mercado consumidor sul-americano não cresce, a impressão é que essa região se tornou pequena para a pujança momentânea da economia brasileira.

Cristina Kirchner lida com uma sociedade mais polarizada que a brasileira. Tem problemas com o setor rural, com a imprensa e com os militares, o que não acontece por aqui, estando muito mais perto de Hugo Chaves que Dilma Rousseff. Esta última governa um país mais largo, com uma classe média mais frouxa e uma sociedade menos politizada que a argentina.

Isso contribui para que Cristina tenha que atuar no âmbito regional com mais intempestividade. A todo momento esse governo precisa de fatos políticos externos para ganhar pontos internamente na batalha ideológica. Por outro lado, para o Brasil, a integração pode caminhar lentamente, ao seu próprio ritmo, até porque o Mercosul também não parece ser prioridade para Brasília. Assim, a integração tal como se apresenta na atualidade se mostra desajeitada para o Estado argentino.

Vejamos alguns números. Em 2011, a pauta argentina se compunha da seguinte maneira, em ordem decrescente: Exportação: produtos alimentares, soja, azeite, milho, automóveis. Importação: veículos, petróleo e derivados, aviões, autopeças, celulares e eletrônicos. [4] Os países que a Argentina mais comprou: Brasil, Estados Unidos, China e Alemanha. Os países para quem a Argentina mais vendeu: Brasil, China, Chile, Estados Unidos. [5]

Dados do Brasil: Em 2011, o Brasil exportou, em ordem decrescente: minérios, petróleo e combustíveis, material de transporte, complexo soja, produtos metalúrgicos. Importação, em ordem decrescente: combustíveis e lubrificantes, equipamentos mecânicos, eletro-eletrônicos, automóveis e autopeças, químicos. [6] Os países que o Brasil mais comprou: Estados Unidos, China, Argentina, Alemanha, Coréia do Sul. Os países para quem o Brasil mais vendeu: China, Estados Unidos, Argentina, Países Baixos, Japão. [7]

O saldo aproximado da balança comercial argentina em 2011: exportações, 68 bilhões de dólares, importações, 56 bilhões de dólares, saldo de 11 bilhões de dólares. Brasil: exportações, 201 bilhões de dólares, importações, 181 bilhões de dólares, saldo de 20 bilhões de dólares. [8] Salta aos olhos que a situação platina, para não dizer de ambos, lembra a de um antigo país colonial, importando produtos de maior valor agregado e exportando alimentos.

Se esses números estiverem corretos, e se pensarmos o conceito de integração regional de um ponto de vista global, veremos que o Mercosul se encontra vilipendiado nas transações internacionais. Brasil e Argentina seguem com intercâmbio significativo, como estiveram por todo século XX, mas com irrisória participação de Paraguai, Uruguai, Bolívia, Equador, Chile, Peru e Venezuela. Igualmente, essas trocas estão sob o comando de empresas multinacionais, relativizando inclusive a idéia de venda de "um país para outro". As estatais participam cada vez menos dessa realidade.

O governo de Cristina Kirchner não tem transformado essa situação, deixando levar pela estrutura de trocas já configurada no passado. Vem privilegiando os problemas internos e, embora tenha no Brasil seu principal parceiro comercial, o trata muito mais como um competidor de que como um aliado, daí os acontecimentos freqüentes de embargo de produtos e retaliações de ambas as partes. Por outro lado, o Brasil está em sintonia com outras paragens, o que contribui, ao fim e ao cabo, para que o mercado comum regional navegue a deriva e sob o influxo dos ventos europeus, asiáticos e norte-americanos, bem como do humor de cada presidente.

Dois exemplos eloqüentes da inexistência de uma macro-política de fortalecimento do bloco regional. Em 2003, Nestor Kirchner renegociou a dívida externa com o FMI, num contexto extremamente importante para o presente e futuro da economia argentina. O Brasil, também devedor externo, poderia pleitear uma participação nessas negociações, invocando alguns estatutos jurídicos do Mercosul, incrementando tanto o seu poder de barganha com relação a sua própria dívida quanto o poder de barganha dos platinos, fortalecendo ambos na geopolítica mundial. Escusado dizer que não houve nada minimamente semelhante a isso.

No mês de abril de 2012, Cristina Kirchner interviu na YPF (Yacimentos Petrolíferos Fiscales), estatizando algumas ações da espanhola Repsol, uma das controladoras da petrolífera argentina privatizada em 1999. Embora não faça parte de um plano global de intervenção do Estado, senão um fato político e uma estratégia de injetar investimentos públicos em um setor chave que continuará privado ("misto"), Cristina se viu crivada de acusações por vários empresários e por toda a Repsol e seus aliados. Necessitando de apoio, não recebeu nada da Petrobras e do Brasil, senão declarações de que o governo Dilma Rousseff entende a Argentina, mas se preocupa acima de tudo com a "rentabilidade das operações", ou seja, os interesses do mercado. Evo Morales também hipotecou tímida solidariedade ao governo argentino, destacando, porém, que a relação entre a Bolívia e a

Repsol é de "mucha confianza". No Peru, onde a Repsol possui importantes operações, publicou-se uma declaração do ministro da economia de Ollanta Humala, externando respeito a decisão de Cristina, com o destaque de que o país "definitivamente no compartimos esas políticas. Hemos aprendido hacia dónde llevan esas políticas insanas". [9]

Em resumo, cada ator regional lutando por seus próprios interesses sempre, donde o Mercosul vegetando em segundo plano.

Conclusão

O atual governo de Cristina Kirchner vem se atritando com setores da "burguesia argentina", o que em tempos de globalização significa controvérsias com o capital internacional. Internamente, vem fomentando alguns movimentos de agitação e mobilização, principalmente o grupo "Lá Campora", comandado pelo filho mais velho do casal Kirchner. A morte inesperada de Nestor inclusive proporcionou maior legitimidade à Cristina, pela comoção em si do fato e a capitalização política realizada pela mídia ligada ao peronismo.

Nas relações internacionais, a Argentina depende do Brasil, pois somos seus maiores compradores e maiores vendedores. Por outro lado, o Brasil não depende da Argentina, pois estamos no momento perfeitamente encaixados no *establishment* mundial e, internamente, Dilma Rousseff dispõe de uma coalizão de forças que dispensa a politização e a organização das esquerdas. Enquanto Buenos Aires necessita de que o Brasil fortaleça o Mercosul [10], até porque necessita de maior diversificação de sua pauta comercial e poder de barganha com os Estados Unidos, Brasília aposta suas fichas na China, na União Européia e sobretudo na excelente relação firmada por Lula com Washington.

Se tomarmos em conta que a integração regional se encontra institucionalizada desde 1991, veremos o quanto a diretriz esta defasada. Não há política externa, econômica e financeira comum. A idéia de um parlamento eleito para o bloco não logra avançar, a moeda única é um sonho distante e a livre circulação de mão de obra padece das incertezas de cada mercado em particular. Os números de produtos intercambiados intra-bloco remetem a lógica da circulação que já ocorria pré-Mercosul, bem como sua evolução nas últimas décadas. Faltou o salto qualitativo na estrutura comercial do entorno regional, que justificaria a existência de tanta discussão e práticas diplomáticas geradas pelo Mercosul.

Ao menos para o atual estado do governo de Cristina Kirchner, o Mercosul tal como se apresenta não é interessante.

Notas

1 - VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Integração Brasil – Argentina: O primeiro ensaio (1958-1962).* Brasília. Dissertação de Mestrado: Unb, 2001 e CAVLAK, IURI. *Diplomacia, Integração e Desenvolvimento: Brasil e Argentina.* Assis. Tese de Doutorado: Unesp, 2010.

2 - Seguindo Williams Gonçalves, temos: a) Área de tarifas preferenciais, quando dois ou mais países decidem promover redução tarifária parcial, com ou sem uniformidade; b) Área de livre comércio, quando dois ou mais países decidem promover alíquota tarifária zero para as importações mútuas; c) União aduaneira, quando dois ou mais países decidem promover, além da tarifa zero para as importações mútuas, a criação de tarifa externa comum; d) Mercado comum, quando dois ou mais países decidem, a partir da união aduaneira, liberar também o livre fluxo de capital e mão de obra; e) União monetária ou econômica, quando os países integrados decidem, a partir do mercado comum, estreitar mais seus laços mediante a criação de moeda única e política externa e de defesa comuns, criando praticamente um novo país. In: GONÇALVES, Williams. *Relações Internacionais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 34.

3 - BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1970-2003).* Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 642.

4 - Ministério das Relações Exteriores e Culto. Centro de Economia Internacional (www.cei.gov.ar. Acesso em 27/04/2012).

5 - Idem, ibidem;

6 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. "Balança Comercial Brasileira: dados consolidados de 2011". (www.mdic.gov.br. Acesso em 28/04/2012).

7 - Idem, ibidem;

8 - Ministério das Relações Exteriores e Culto. Centro de Economia Internacional (www.cei.gov.ar. Acesso em 27/04/2012) e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. "Balança Comercial Brasileira: dados consolidados de 2011". (www.mdic.gov.br. Acesso em 28/04/2012).

9 - Los “hermanos latinoamericanos” tomam partido”. Artigo de Marcelo Ramal no site do Partido Obrero Argentino, de 19 de abril de 2012. (www.po.org.ar. Acesso em 21 de abril de 2012).

10 - “We know that as Brazil goes, so will go the rest of that Latin American continent”. (Richard Nixon).